

# humanitas

**Vol. XXIX-XXX**

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

---

# HUMANITAS

VOLS. XXIX-XXX



COIMBRA

MCMLXXVII-MCMLXXVIII

gravura (43) dá-se a morte de Cícero no ano 40, quando foi três anos antes, a 8 de Dezembro de 43 a.C. A sentença bíblica é: *Nihil novi sub sole* (cf. Eccles. I, 10) e não *luna* (89). Ao referir o povo Português é preferível dizer *Portugalensis* ou *Lusitanus*, porque *Portucalensis* (123) será naturalmente traduzido por *Portuense* ou *Portucalense*.

Ainda outras pequenas deficiências: faltam duas formas neolatinas no quadro da p. 36; não são dados exemplos da queda das sonoras em posição intervocálica (45); não se justifica a alteração da ordem tradicional na apresentação do paradigma *bona, bonus, bonum* (85); e entre as «máximas memoráveis» das pp. 137-138 os nn. 13 e 27 são iguais.

Finalmente, gostaríamos de que o índice fosse mais completo, incluindo os títulos de cada número e parágrafo, para se poder localizar toda a matéria exposta. Além disso, seria muito útil fazer um índice só para a Gramática Histórica e até um outro de todas as palavras explicadas filologicamente.

Estas observações, muitas delas de pormenor ou de simples lapsos, não visam desmerecer o trabalho do dr. Oswaldo António Furlan. Pelo contrário, o nosso intuito é contribuir para que ele seja ainda mais útil e se torne isento de máculas. Sinceramente felicitamos o autor de *Latim para o Português* e desejamos que em breve apareça o segundo volume, dedicado à morfologia do verbo.

JOSÉ GERALDES FREIRE

NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES — DIOGO DE TEIVE, **Tragédia do príncipe João**. Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra. Coimbra 1977. XVI + 341 pp.

Diogo de Teive foi um dos latinistas que, na II metade do séc. XVI, mais contribuíram, pelo saber e obras, para o incremento e projecção do Humanismo português. Pertenceu à geração que se formou, cultural e intelectualmente, nas Universidades francesas e que, em tempos das reformas joaninas, voltou ao país natal, participando no impulso então dado aos estudos das humanidades. Regressou integrado no grupo de André de Gouveia e com ele se instalou em Coimbra, no Colégio das Artes. A passagem por esta escola, onde alcançou reputação elevada de bom mestre, marcou todo o resto da sua vida: em 1550 foi detido pela Inquisição, na companhia de outros dois conhecidos professores do Colégio. À distância dos tempos, esta circunstância poderia servir para «actualizar» uma imagem mais moderna de um Teive «estrangereado» — passe o termo e o que de impreciso e até de inadequado ele comporta —, inserido num ambiente cultural «tradicional», de que o Santo Ofício se teria feito o eco. Mas a Autora deste trabalho absteve-se, justamente, de enveredar por tais vias de abordagem de uma obra antiga e manteve uma prudência no que respeita às questões de tipo doutrinário que importa assinalar. Na realidade, quando se

busca para uma época, para um grupo ou para uma personagem do passado uma síntese estritamente monolítica, corre-se o enorme risco de pretender forçar a realidade histórica a certos condicionalismos do presente.

Diogo de Teive foi preso pela Inquisição alegadamente por não haver denunciado a posse da *Instituição cristã* de Calvino por um francês que viera em sua companhia. E se este facto poderia ser facilmente o ponto de partida para a pintura de um Teive vítima do Santo Ofício, não se pode esquecer que os processos de 1550 se deveram, se não exclusivamente, pelo menos em grande parte a querelas e inimizades pessoais, que puderam accionar o mecanismo inquisitorial e conjugarem-se com interesses imediatos desse tribunal. Não admira, por isso, que este tenha recebido com particular atenção os testemunhos que, de fora, lhe chegavam, destinados a comprometer Teive com um esquemático luteranismo: «scilicet, de costa [et] teiue et bucananus essent suscepti de fide et secta lutherana», opinava de Paris Fr. João Pinheiro. É evidente que não se pode tomar esta linguagem como efectiva expressão caracterizadora do pensamento e do sentir religioso de Teive. A Inquisição bem o sabia, pois, apesar de procurar elementos que comprometessem o réu como «epicurista» e «ateu», aplicou uma pena relativamente leve, que não afectou a confiança régia no professor que viria ainda a ser principal do Colégio.

Que a religiosidade de Teive estava marcada pelas correntes modernas do pensamento e das doutrinas humanistas — e era impossível evitar, a este respeito, o nome e até fórmulas de Erasmo, tão vulgarizados andavam —, é coisa que se depreende rapidamente das suas declarações; mas daí até à heresia ou a simpatias efectivas pela doutrina luterana ia uma grande distância, por muitas que fossem as coincidências da pregação de Lutero com formas da tradição religiosa.

Como já foi apontado por Luís de Matos, num desenvolvido estudo a ele dedicado, Teive apelava para a piedade de Cristo, e isso situa-o na área de uma piedade douta, em que a leitura da Escritura exigia do cristão um bom conhecimento das boas letras, entendidas estas não só no plano linguístico, mas também no moral, filosófico e doutrinário. Ora isto, por muitas suspeitas que levantasse em alguns dos seus contemporâneos, não era suficiente para tornar Teive uma vítima do regime político da época joanina. Porque se é fácil apanhar nas declarações teivianas pontos de vista que o situariam na zona do irenismo mais ou menos pacifista, eles não eram inconciliáveis com a apologia da expansão portuguesa no Oriente. Não foi também Damião de Góis, bem mais ligado a Erasmo, um firme defensor da expansão marítima e comercial portuguesa, usando fortemente o argumento de que ela se fazia com o intuito primeiro de espalhar a fé cristã?

Demorámo-nos um pouco nestas considerações para frisar que um dos aspectos mais positivos do presente trabalho reside exactamente no cuidado posto pela Autora em evitar a confusão de planos e a mistura de assuntos. A sua introdução era destinada a conduzir o leitor de hoje até ao contacto com uma obra que, pela sua linguagem, pela sua doutrina e pela sua estética, lhe está imensamente longínqua. O objectivo pareceu-nos plenamente atingido. Naturalmente que no espírito do leitor surgem interrogações, que são sinal do interesse do próprio trabalho. Que a tragédia de Teive o favorecia, parecem manifestá-lo as duas centenas de notas, algumas bastante longas, que acompanham o texto, e através das quais se evidencia a influência do teatro de Séneca. A propósito, talvez valha a pena registar o interesse que a *Iohannis tragoedia* pode oferecer para os estudos sobre a música renascentista

entre nós, pois que as partes líricas se destinariam a ser musicadas para uma eventual representação: que tipo de música teria Teive em mente para a sua tragédia?

Um assunto que preocupou Nair Soares, nas páginas da sua introdução, foram as ligações entre esta tragédia e a *Castro* de António Ferreira. Assunto abordado desenvolvidamente há anos por Luís de Matos, vem agora aprofundado neste trabalho, para se pôr em evidência que as coincidências da tragédia latina de Teive com a de Ferreira se situam predominantemente na área das concepções e das doutrinas políticas: a função do rei, o ideal do príncipe, o papel dos conselheiros. Mas no plano da construção artística elas são mais ténues ou menos evidentes. Um exemplo reside na filosofia do amor subjacente a cada uma e da sua função em ambas. Nair Soares atentou com cuidado no tema, dedicando-lhe várias páginas. Seja-nos, contudo, permitido sugerir que uma maior nitidez das diferenças entre uma e outra teria sido conseguida se tivesse chamado a atenção para o seguinte: enquanto na *Castro* se põe em evidência como o amor desordenado é inconciliável com a dignidade do príncipe, sobretudo do herdeiro do trono, pois todo o reino será afectado por ele, na *Iohannis princeps* sublinha-se exactamente um outro tipo de amor, bem diferente, que é o amor casto. É por isso que não acompanhamos a Autora na aceitação da «semelhança» que indica na p. 119 entre dois passos das duas tragédias; de facto, no texto português o amor é caracterizado como «suave e brando», enquanto no latino é dito «uictor»; de igual modo, «moça vergonhosa» não nos parece corresponder muito fielmente a «molles animos domare / uirginum». Mas nem por isso Nair Soares foi insensível ao papel bem diferente do amor numa e noutra tragédia, pois que na economia dramática da de Teive este não desempenha a função importante que tem na de Ferreira. Em contrapartida, é a «dira sors» que assume papel de relevo na *Iohannis princeps*, como muito bem pôs em realce.

Consequentemente, julgamos dever sublinhar a conclusão que a Autora exprime em mais de um local da sua introdução: a *Iohannis princeps* é uma tragédia de ideias, em que a reflexão se institui elemento do próprio conflito dramático (p. 79, 99, 130). Reflexão sobre quê? Sobre a imagem do príncipe, sobre a própria humanidade dos monarcas, sobre a fortaleza tão estóica que oferecem como modelo, a anunciar, tragicamente, aquela que seria necessária para resistir às desgraças do reino causadas pela morte do herdeiro do trono. E quanto a isso a preocupação de Teive parece bem sentida, conforme se depreende das felizes versões que a Autora obteve das partes líricas dos Coros. A importância do assunto ficou patenteada nas páginas da introdução que dedicou ao tema da morte. A propósito, lembrou bem o paralelismo que a situação política originada no desaparecimento do príncipe herdeiro criava entre a morte do filho de D. João II e a do de D. João III. Em ambos os casos, como ainda no do príncipe Juan de Castela, a morte foi chorada numa série de *prantos*. Ora a tragédia de Teive é também um grande *pranto*, com um sabor tanto mais sentido quanto é certo que ele havia celebrado em latim as bodas nupciais do príncipe João. A propósito disto, uma pergunta ocorre ao leitor da introdução de Nair Soares: acaso os testemunhos literários sobre a morte do príncipe, que a autora não deixa de referir, e outros que se encontrem, não proviriam, maioritariamente, de um grupo de homens muito ligados ao monarca, os quais, nesse acentuar do seu nacionalismo e das preocupações sobre o destino do reino, se demarcavam de outros, inclusivamente dos adeptos da hipótese da junção das duas coroas? E que teria tal atitude a ver com a inclinação teiviana a favor de uma maior atenção à política

do Norte de África? Será que as linhas de opinião política que, mais tarde, depois de Alcácer Quibir, se manifestarão de forma mais radical, reflectindo-se em textos como a *Jornada del-rei dom Sebastião à África* e a *Crónica de dom Henrique*, se afirmavam já através de textos literários como os referidos a propósito do príncipe João? Não poderia ir nessa direcção o cuidado de Teive em pintar de maneira forte o estoicismo que anima tanto os monarcas como o príncipe na sua tragédia? O que se pode afirmar é que ele sentiu bem que, com a morte do príncipe, era a tragédia que se apresentava ao reino. A forma literária punha-se, assim, ao serviço do sentido.

A segunda parte do trabalho de Nair Soares consiste na apresentação do texto e da sua tradução comentada. Apraz sublinhar a elegância conseguida pela Autora nas suas versões; elegância que não sacrificou a fidelidade ao original. Nas partes líricas dos Coros é mesmo patente uma sensibilidade que correspondeu muito bem ao que Diogo de Teive terá procurado obter. Refira-se, pois, o cuidado da tradutora em manter o mais possível os recursos estilísticos do original (por ex. na versão dos vv. 934-937), a busca em obter com a frase portuguesa o efeito de estilo elevado da latina (por ex. v. 1073-1074) ou o desenvolvimento que deu à concisão latina (v. 1334).

Sublinhe-se ainda o extremo cuidado de revisão do texto e a boa apresentação tipográfica que o volume oferece, acompanhada por uma capa de bom gosto. É certo que quanto à apresentação crítica do texto teríamos gostado de ver um pouco mais discutidos os critérios e metodologia seguidos na sua fixação. Todavia isto em nada afecta o contributo importante deste trabalho para a investigação sobre o Humanismo português. Teive foi um latinista de prestígio desse Humanismo, com uma projecção testemunhada não só pelas obras impressas, mas também por outros elementos, muitos dos quais ainda jazem nos manuscritos, como bem o mostrou recentemente o Prof. Costa Ramalho, ao elucidar que Teive veio a morrer mais tarde do que se julgava, pois ainda vivia em 1569 (*Sobre os últimos anos de Diogo de Teive*, Separata de *Biblos*, LV).

O presente trabalho constitui, depois do de Luís de Matos, o estudo mais extenso dedicado à tragédia de Diogo de Teive. As surpresas dos documentos, porém, ainda não se terão esgotado. De momento, assinale-se ainda que este volume prestigia a actividade do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra.

JORGE A. OSÓRIO

**FRANCISCO RICO, Nebrija frente a los bárbaros. El canon de gramáticos nefastos en las polémicas del humanismo, Universidade de Salamanca, 1978, pp. 136.**

Francisco Rico, que, para além de vários trabalhos de tomo publicados desde 1966, se tem dedicado ao estudo de temas sobretudo medievais e humanísticos, oferece neste pequeno volume um contributo particularmente valioso para a exploração de um dos pontos capitais da história do Humanismo em geral e em particular